

ATA NÚMERO 38/XIII/ 1.ª SL

Aos 20 dias do mês de abril de 2016, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição com o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, “sobre a estratégia do Governo no âmbito dos swap contratados entre empresas públicas e o Banco Santander Totta”.
2. Aprovação da ata n.º 37.
3. Designação de autor para o parecer relativo à Proposta de Lei n.º 16/XIII/1.ª (ALRAA) - Regime da responsabilidade financeira do Estado na prestação de cuidados de saúde aos utentes do serviço regional de saúde da Região Autónoma dos Açores, pelo serviço nacional de saúde e consagração do princípio da reciprocidade. (Cabe ao GP PS).
4. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 44/XIII/1.ª – “Solicita que o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e o IUC (Imposto Único de Circulação) sejam passíveis de cobrança na nota de liquidação de IRS”.
Relator: Deputado Paulino Ascenção (BE).
5. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 519/XII/4.ª – “Solicita a intervenção da Assembleia da República para diminuição do IVA no Pet Food”.
Relatora: Deputada Rubina Berardo (PSD).
6. Deliberação sobre a sede de discussão do Projeto de Resolução n.º 225/XIII/1.ª (PSD) – Recomenda ao Governo que dê orientações à Administração Tributária para interpretar os n.ºs 1 e 2 do art.º 9.º do Código do IVA no sentido de considerar isento do pagamento deste imposto os testes genéticos de paternidade.
7. Deliberação sobre a sede de discussão do Projeto de Resolução n.º 226/XIII/1.ª (PCP) – Propõe a adoção pelo Estado português de um Plano de Ação Nacional e Internacional para a Extinção dos Centros off-shore.
8. Deliberação sobre a sede de discussão do Projeto de Resolução n.º 227/XIII/1.ª (PCP) – Constituição de uma unidade técnica para o apuramento dos beneficiários dos fluxos financeiros que lesaram a banca nacional.

9. Designação de autor para o parecer relativo ao documento “Portugal na UE 2015”. (Cabe ao GP PSD)
10. Designação de autor para o parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 160/XIII/1.ª (BE) - Combate o enriquecimento injustificado. (Cabe ao GP PS)
11. Apreciação e votação do requerimento do PS - Audição ao Senhor Presidente da Parparticipadas, SGPS, SA, Bruno Castro Henriques, no seguimento do processo de venda do Banco Efisa à Pivot SGPS.
12. Fixação da redação final do texto final do Projeto de Lei n.º 86/XIII/1.ª (BE), do Projeto de Lei n.º 87/XIII/1.ª (PS) e do Projeto de Lei n.º 89/XIII/1.ª (PCP).
13. Outros assuntos.

1. Audição com o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, “sobre a estratégia do Governo no âmbito dos swap contratados entre empresas públicas e o Banco Santander Totta”

A Senhora Presidente deu as boas vindas ao Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e à sua equipa, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito do requerimento aprovado pela COFMA “sobre a estratégia do Governo no âmbito dos swap contratados entre empresas públicas e o Banco Santander Totta”.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Silva (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças respondido individualmente às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Carlos Silva (PSD), Paulo Trigo Pereira (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças usado da palavra para responder ao conjunto das questões.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

2. Aprovação da ata n.º 37.

A ata foi aprovada por unanimidade, na ausência do PCP.

3. Designação de autor para o parecer relativo à Proposta de Lei n.º 16/XIII/1.^a (ALRAA) - Regime da responsabilidade financeira do Estado na prestação de cuidados de saúde aos utentes do serviço regional de saúde da Região Autónoma dos Açores, pelo serviço nacional de saúde e consagração do princípio da reciprocidade. (Cabe ao GP PS).

O GP PS indicou como autor do parecer o Senhor Deputado Domingos Pereira.

4. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 44/XIII/1.^a – “Solicita que o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e o IUC (Imposto Único de Circulação) sejam passíveis de cobrança na nota de liquidação de IRS”.

Relator: Deputado Paulino Ascensão (BE).

O Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE) apresentou o relatório em causa, o qual foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP.

5. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 519/XII/4.^a – “Solicita a intervenção da Assembleia da República para diminuição do IVA no Pet Food”.

Relatora: Deputada Rubina Berardo (PSD).

A Senhora Deputada Rubina Berardo (PSD) apresentou o relatório em causa, o qual foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP.

6. Deliberação sobre a sede de discussão do Projeto de Resolução n.º 225/XIII/1.^a (PSD) – Recomenda ao Governo que dê orientações à Administração Tributária para interpretar os n.ºs 1 e 2 do art.º 9.º do Código do IVA no sentido de considerar isento do pagamento deste imposto os testes genéticos de paternidade.

O GP PSD manifestou a sua intenção de discutir o projeto de resolução em Comissão, em data a agendar.

7. Deliberação sobre a sede de discussão do Projeto de Resolução n.º 226/XIII/1.ª (PCP) – Propõe a adoção pelo Estado português de um Plano de Ação Nacional e Internacional para a Extinção dos Centros off-shore.

8. Deliberação sobre a sede de discussão do Projeto de Resolução n.º 227/XIII/1.ª (PCP) – Constituição de uma unidade técnica para o apuramento dos beneficiários dos fluxos financeiros que lesaram a banca nacional.

O GP PCP manifestou a sua intenção de ver estes Projetos de Resolução discutidos em reunião plenária.

9. Designação de autor para o parecer relativo ao documento “Portugal na UE 2015”. (Cabe ao GP PSD).

O GP PSD indicou como autor do parecer o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira.

10. Designação de autor para o parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 160/XIII/1.ª (BE) - Combate o enriquecimento injustificado. (Cabe ao GP PS).

O GP PS indicou como autor do parecer o Senhor Deputado Fernando Anastácio.

11. Apreciação e votação do requerimento do PS - Audição ao Senhor Presidente da Parparticipadas, SGPS, SA, Bruno Castro Henriques, no seguimento do processo de venda do Banco Efisa à Pivot SGPS.

A Senhora Presidente começou por informar que a ex-Secretária de Estado Isabel Castelo-Branco e o ex-Ministro Miguel Relvas já foram notificados para as audições aprovadas pela COFMA, tendo a ex-Secretária de Estado Isabel Castelo-Branco manifestado a sua disponibilidade e estando a aguardar resposta por parte do ex-Ministro Miguel Relvas.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) apresentou o requerimento, explicitando os motivos que estiveram na sua origem e sublinhando as outras iniciativas já tomadas.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) declarou que o relatório da UTAM é esclarecedor mas que nada tem a opor à audição requerida, lamentando que, noutras Comissões, o PS não tenha a mesma posição.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) acrescentou que não considera o relatório suficientemente esclarecedor.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

12. Fixação da redação final do texto final do Projeto de Lei n.º 86/XIII/1.ª (BE), do Projeto de Lei n.º 87/XIII/1.ª (PS) e do Projeto de Lei n.º 89/XIII/1.ª (PCP).

A redação final foi fixada sem votos contra.

13. Outros Assuntos.

A Senhora Presidente informou que a Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa solicitou o adiamento da audição regimental (prevista para a primeira semana de maio) para a última semana de maio e que, caso não haja oposição, será transmitida a anuência da COFMA.

A reunião foi encerrada às 13:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de abril de 2016

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Reunião de 20 de abril de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
Ivan Gonçalves
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Jorge Paulo Oliveira
Santinho Pacheco

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Galamba